

CARACTERIZAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DAS NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM UBERLÂNDIA (MG)

EPIDEMIOLOGICAL CHARACTERIZATION OF NOTIFICATIONS OF VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS IN UBERLÂNDIA (MG)

CARACTERIZACIÓN EPIDEMIOLÓGICA DE LAS NOTIFICACIONES DE VIOLENCIA CONTRA NIÑOS Y ADOLESCENTES EN UBERLÂNDIA (MG)

Nagma Nascimento Prado¹

Thays Peres Brandão²

Maria Pena Alves Melo³

Mara Ramos de Oliveira⁴

Ailton de Souza Aragão⁵

RESUMO: Esse artigo buscou analisar as características epidemiológicas das notificações de violência contra crianças e adolescentes registradas no município de Uberlândia, Minas Gerais, entre 2019 e 2024. Trata-se de estudo quantitativo, documental e epidemiológico, realizado com dados secundários das fichas de notificação de violência interpessoal e autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram incluídas notificações envolvendo indivíduos de zero a 18 anos, analisadas por estatística descritiva e inferencial no software Jamovi, utilizando-se o teste Qui-quadrado de Pearson e nível de significância de 5%. Foram analisadas 2.822 notificações, com aumento dos registros de 332, em 2019, para 604, em 2024. Predominaram vítimas do sexo feminino (76,8%), crianças de zero a 12 anos (62,7%) e indivíduos pardos (43,3%), sendo a residência o principal local de ocorrência (66,7%). Identificaram-se associações significativas entre faixa etária e tipos de violência, recorrência, vínculo do agressor e ambiente domiciliar. Conclui-se que a violência infantojuvenil apresentou distribuição heterogênea, reforçando a necessidade de ações de vigilância, prevenção, proteção e atuação intersetorial.

Palavras-chave: Violência. Criança e adolescente. Vigilância Epidemiológica.

¹Mestra em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia.

²Coorientadora. Mestra em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia.

³Mestra em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia.

⁴Mestra em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia.

⁵Orientador. Doutor em Saúde Pública, docente na Universidade Federal do Triângulo Mineiro e no Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia.

ABSTRACT: This article sought to analyze the epidemiological characteristics of notifications of violence against children and adolescents registered in the municipality of Uberlândia, Minas Gerais, between 2019 and 2024. This is a quantitative, documentary, and epidemiological study, carried out with secondary data from the notification forms of interpersonal and self-inflicted violence of the Notifiable Diseases Information System. Notifications involving individuals aged zero to 18 years were included, analyzed by descriptive and inferential statistics in the Jamovi software, using Pearson's Chi-square test and a significance level of 5%. A total of 2,822 notifications were analyzed, with an increase in records from 332 in 2019 to 604 in 2024. Female victims predominated (76.8%), children aged zero to 12 years (62.7%), and brown individuals (43.3%), with the residence being the main place of occurrence (66.7%). Significant associations were identified between age group and types of violence, recurrence, aggressor bonding and home environment. It is concluded that child and adolescent violence presented a heterogeneous distribution, reinforcing the need for surveillance, prevention, protection and intersectoral actions.

Keywords: Violence. Children and adolescents. Epidemiological surveillance.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar las características epidemiológicas de las notificaciones de violencia contra niños y adolescentes registradas en el municipio de Uberlândia, Minas Gerais, entre 2019 y 2024. Se trata de un estudio cuantitativo, documental y epidemiológico, realizado con datos secundarios de los formularios de notificación de violencia interpersonal y autoinfligida del Sistema de Información de Enfermedades de Notificación Declarable. Se incluyeron notificaciones de individuos de 0 a 18 años, analizadas mediante estadísticas descriptivas e inferenciales en el software Jamovi, utilizando la prueba de Chi cuadrado de Pearson y un nivel de significación del 5%. Se analizaron un total de 2,822 notificaciones, con un aumento en los registros de 332 en 2019 a 604 en 2024. Predominaron las víctimas femeninas (76,8%), niños de cero a 12 años (62,7%) y personas de piel morena (43,3%), siendo la residencia el principal lugar de ocurrencia (66,7%). Se identificaron asociaciones significativas entre grupo de edad y tipos de violencia, recurrencia, vínculo con agresores y entorno familiar. Se concluye que la violencia infantil y adolescente presentaba una distribución heterogénea, reforzando la necesidad de vigilancia, prevención, protección y acciones intersectoriales.

2

Palabras clave: Violencia. Niños y adolescentes. Vigilancia epidemiológica.

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é caracterizada como um grave problema de saúde pública, devido aos efeitos deletérios que suas diversas formas (física, psicológica, sexual e negligência) exercem sobre o desenvolvimento biopsicossocial das vítimas e sua continuidade ao longo da vida (Lam *et al.*, 2021).

A exposição a violência na infância está associada a maiores riscos de comprometimento da saúde mental, comportamentos de risco e desenvolvimento de doenças crônicas, refletindo uma carga considerável de morbidade evitável que afeta tanto indivíduos quanto populações, o

que exige abordagens preventivas e intersetoriais no campo da saúde pública para reduzir sua prevalência e consequências adversas (Bravo-Queipo-de-Llano *et al.*, 2024)

De acordo com o boletim epidemiológico (2024), no período de 2015 a 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 contra crianças e 119.377 contra adolescentes. Em 2021, o número de notificações foi o maior registrado ao longo do período analisado, com 35.196 casos. Embora expressivos, esses dados referem-se a apenas uma fração do conjunto das violências notificáveis, uma vez que o boletim epidemiológico analisado apresenta de forma consolidada exclusivamente a categoria de violência sexual.

O enfrentamento da violência infantojuvenil encontra respaldo em marcos legais consolidados, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), que estabelece a proteção integral como princípio orientador das políticas públicas.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a notificação compulsória das violências foi instituída como instrumento estratégico de vigilância epidemiológica, conferindo ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) papel central na produção e sistematização de dados sobre o agravo. A consolidação dessas informações possibilita identificar padrões de ocorrência, grupos mais vulneráveis e territórios prioritários, subsidiando ações de prevenção, cuidado e planejamento em saúde (Brasil, 2025).

Segundo dados consolidados pelo Ministério da Saúde as notificações de violência contra crianças e adolescentes apresentam distribuição heterogênea segundo faixa etária, sexo, tipo de violência e local de ocorrência, demandando análises situadas que considerem as especificidades sociodemográficas e organizacionais de cada localidade (Brasil, 2024).

Nesse sentido, a análise das notificações em nível local torna-se estratégica para identificar tendências epidemiológicas próprias do território, dimensionar a magnitude do agravo e subsidiar a organização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) conforme as necessidades concretas da população infantojuvenil (Brasil, 2010; 2025).

Diante disso, a análise das notificações de violência contra crianças e adolescentes em nível municipal configura-se como estratégia relevante para compreender o perfil epidemiológico local, identificar possíveis lacunas no registro e subsidiar o aprimoramento das ações de prevenção e cuidado.

O objetivo da presente pesquisa foi analisar as características epidemiológicas das notificações de violência contra crianças e adolescentes registradas no município de Uberlândia, Minas Gerais, no período de 2019 a 2024.

MÉTODOS

O tipo de pesquisa é delineado como de abordagem quantitativa, documental e epidemiológica. A pesquisa ocorreu pela análise das fichas de notificações infantojuvenis, foram incluídas notificações realizadas no município de Uberlândia, Minas Gerais, no recorte temporal entre 2019 e 2024, coletadas junto à Vigilância Epidemiológica do Município. Foi considerada a faixa etária entre zero e dezoito anos seguindo o Estatuto da Criança e Adolescente, sendo criança de 0 a 12 anos e adolescente de 13 a 18 anos (Brasil, 1990). Foram excluídas da análise notificações de vítimas de violências fora dessa faixa etária.

As variáveis analisadas incluíram sexo biológico, faixa etária, raça/cor, local de ocorrência, tipo de violência, vínculo do agressor, recorrência e número de envolvidos. Na tabela 2 para análise estatística da variável raça/cor, as categorias preta e parda foram agrupadas na categoria “negra”. As categorias de violência não foram consideradas mutuamente exclusivas, uma vez que uma mesma notificação poderia apresentar mais de um tipo de violência registrado.

4

A análise de dados quantitativa foi realizada com o software Jamovi, utilizando estatística descritiva e inferencial. As associações entre variáveis categóricas foram analisadas pelo teste Qui-quadrado de Pearson, adotando-se nível de significância de 5%. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Uberlândia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O período de análise das notificações infantojuvenil incluiu o recorte temporal de 2019 a 2024, no qual foram notificadas N=2822 crianças e adolescentes no município de Uberlândia, Minas Gerais, dessas 100 vítimas foram violentadas em outro município. A Tabela 1 mostra as notificações conforme o ano, o sexo biológico, a raça das vítimas e o local da violência.

Tabela 1. Caracterização das notificações de violência infantojuvenil entre 2019 a 2024, Uberlândia, Minas Gerais, 2025.

Variáveis	N=2822	Valor Percentual
Ano		
2019	332	11,8%
2020	394	14,0%
2021	449	15,9%
2022	454	16,1%
2023	589	20,9%
2024	604	21,4%
Sexo biológico		
Feminino	2167	76,8%
Masculino	655	23,2%
Faixa etária		
Criança (0-12 anos)	1770	62,7%
Adolescente (13-18 anos)	1052	37,3%
Raça		
Parda	1222	43,3%
Branca	1154	40,9%
Preta	233	8,3%
Ignorada	191	6,8%
Amarela	12	0,4%
Não digitada	5	0,2%
Indígena	3	0,1%
Local da violência		
Residência	1884	66,7%
Outro	375	13,3%
Ignorado	277	9,8%
Escola	117	4,1%
Via pública	98	3,5%
Não digitada	24	0,8%
Comércio/serviços	20	0,7%
Bar ou similar	10	0,4%
Habitação coletiva	10	0,4%
Local de prática esportiva	5	0,2%
Indústrias/construção	2	0,1%

Fonte: Dados da SMS – Vigilância Epidemiológica (Uberlândia, 2025a), organizado pelos pesquisadores, 2025.

Os dados evidenciam tendência crescente no número de notificações ao longo do período analisado, passando de 332 registros em 2019 (11,8%) para 604 em 2024 (21,4%). O aumento observado a partir de 2020 coincide temporalmente com o período da pandemia de COVID-19, contexto que tem sido discutido na literatura como potencialmente associado a mudanças na dinâmica das violências e no acesso aos serviços de proteção (UNICEF; WHO, 2020).

A progressão continuada nos anos seguintes, chegando a 604 notificações em 2024 (21,4%), evidencia que, mesmo com a reabertura dos serviços, a violência não apenas permaneceu, mas tornou-se mais visível, sugerindo efeitos prolongados da crise sanitária nas

dinâmicas familiares, no agravamento das desigualdades socioeconômicas e nas fragilidades das redes de proteção.

Para além da caracterização descritiva das notificações, buscou-se aprofundar a análise por meio da investigação das associações entre faixa etária e os diferentes tipos de violência registrados. Considerando que a violência infantojuvenil pode manifestar-se de maneira distinta ao longo do desenvolvimento (Niu *et al.*, 2024), a análise inferencial permite identificar padrões específicos e compreender se determinados tipos de violência se concentram em fases etárias particulares. Tal abordagem possibilita ultrapassar a simples quantificação dos casos, contribuindo para a identificação de perfis epidemiológicos diferenciados e para o direcionamento mais preciso das ações da RAS.

A distribuição diferenciada dos tipos de violência conforme a faixa etária e o sexo biológico sugere que a violência infantojuvenil não constitui fenômeno uniforme, assumindo expressões distintas ao longo do desenvolvimento e segundo marcadores sociodemográficos. No que se refere à variável raça/cor, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas para a maioria dos tipos de violência analisados, com exceção da lesão autoprovocada, que apresentou maior proporção entre vítimas brancas ($p = 0,001$). A Tabela 2 apresenta as associações estatísticas entre os tipos de violência, as fases do desenvolvimento e o sexo biológico.

Tabela 2. Associação entre fases do desenvolvimento, sexo biológico e tipos de violências notificadas entre crianças e adolescentes no período de 2019 a 2024, Uberlândia, Minas Gerais, 2026

Tipo de violência	Criança 0 a 12 anos (%)	Adolescente 13 a 18 anos (%)	p (idade)	Feminino (%)	Masculino (%)	p (sexo)
Lesão autoprovocada	5,0	48,5	<0,001	21,6	20,5	0,545
Violência física	38,1	72,4	<0,001	48,5	59,7	<0,001
Violência psicológica	35,1	50,3	<0,001	42,1	36,9	0,019
Violência sexual	21,1	60,1	<0,001	69,2	47,6	<0,001
Negligência	11,5	2,2	<0,001	5,9	15,0	<0,001
Tortura	1,6	1,5	0,846	1,3	2,5	0,036
Patrimonial	0,17	0,38	0,284	0,33	0	0,146
Trabalho infantil	0,1	0,1	0,879	0,14	0	0,342
Outras	1,7	29,6	<0,001	12,5	11,0	0,316

Nota: Percentuais referentes à categoria “Sim”. Teste utilizado: Qui-quadrado de Pearson ($gl = 1$).

Fonte: Dados da SMS – Vigilância Epidemiológica (Uberlândia, 2025a), organizado pelos pesquisadores, 2026.

Os resultados da Tabela 2 evidenciam que o perfil da violência infantojuvenil não é homogêneo, variando tanto conforme o ciclo de vida quanto segundo o sexo biológico das vítimas. Enquanto a negligência predomina na infância, sugerindo fragilidade no cuidado e na proteção familiar, a adolescência apresenta maior incidência de violências interpessoais e autoprovocadas, indicando conflitos relacionais, maior exposição ao espaço social e possível intensificação do sofrimento psíquico nessa fase do desenvolvimento.

Tais achados corrobora com estudo brasileiro que mostrou diferenças nas características de casos de violência contra crianças e adolescentes, com variações na prevalência de tipos de violência conforme grupos etários e perfis dos casos notificados (Silva *et al.*, 2023). Além disso, o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde indica maior proporção de notificações de violência sexual entre adolescentes e predominância de vítimas do sexo feminino no cenário nacional, padrão semelhante ao identificado na presente análise (Brasil, 2024).

Somado a isso, uma revisão sistemática que analisou 46 artigos sobre os diferentes tipos de maus-tratos na infância e na autolesão não suicida em adolescentes, realizados em 17 países mostrou que experiências adversas na infância se relacionam com maior probabilidade de comportamentos autoprovocados na adolescência, indicando que o sofrimento psíquico nessa fase pode ser um fator importante a ser considerado (Calvo *et al.*, 2024).

Observou-se também associação significativa entre o número de envolvidos na agressão e a faixa etária ($\chi^2 = 321$; $p < 0,001$), com maior frequência de múltiplos agressores entre adolescentes (67,1%) quando comparados às crianças (31,7%). Também houve associação entre faixa etária e local de ocorrência ($\chi^2 = 25,8$; $p < 0,001$), e a residência permaneceu como principal cenário em ambas as fases (72,6% nas crianças e 78,1% nos adolescentes). Esses achados sugerem que, embora a violência intradomiciliar predomine ao longo do desenvolvimento, a adolescência apresenta maior complexidade na dinâmica dos eventos, com envolvimento mais frequente de múltiplos autores.

Além disso, a análise da dinâmica dos eventos revelou que a violência infantojuvenil apresenta padrões distintos quanto ao vínculo do agressor, ao número de envolvidos e ao contexto de ocorrência. A Tabela 3 mostra essas associações.

Tabela 3. Associações entre perfil do agressor, número de envolvidos, local de ocorrência e recorrência das notificações de violência infantojuvenil

Associação analisada	χ^2	gl	p	Principal achado
Vínculo do agressor × Local de ocorrência	440	15	<0,001	Núcleo familiar concentrado na residência; conhecido e desconhecido mais frequentes em outros espaços
Recorrência × Local de ocorrência	49,4	3	<0,001	Violência recorrente associada à residência
Recorrência × Vínculo do agressor	150	5	<0,001	Núcleo familiar fortemente associado à recorrência; desconhecido associado a eventos não recorrentes

Fonte: Dados da SMS – Vigilância Epidemiológica (Uberlândia, 2025a), organizado pelos pesquisadores, 2025.

Quanto ao local de ocorrência, a residência manteve-se como principal cenário das notificações em todas as faixas etárias, apresentando associação significativa tanto com o vínculo do agressor ($\chi^2 = 440$; $p < 0,001$) quanto com a recorrência dos casos ($\chi^2 = 49,4$; $p < 0,001$). As agressões cometidas pelo núcleo familiar⁶, pelo familiar ampliado⁷ e pelo parceiro íntimo concentraram-se predominantemente no ambiente domiciliar, ao passo que aquelas praticadas por conhecidos e desconhecidos estiveram proporcionalmente mais associadas a outros espaços. Observou-se, ainda, que a recorrência foi significativamente mais frequente quando o agressor pertencia ao núcleo familiar (70,9%), enquanto episódios envolvendo desconhecidos apresentaram caráter majoritariamente não recorrente, com apenas 20,6% classificados como repetidos.

Esses resultados convergem com o Relatório da Organização Mundial da Saúde (2022), pois mostra que a maioria dos episódios de violência contra crianças ocorre no ambiente doméstico e é perpetrada por pessoas conhecidas ou cuidadores primários. Esses elementos reforçam que a violência contra crianças e adolescentes assume configurações distintas segundo características individuais e contextuais, exigindo análise integrada entre perfil da vítima, vínculo do agressor e padrão de repetição dos eventos.

CONCLUSÃO

O presente estudo analisou as características epidemiológicas das notificações de violência infantojuvenil no município de Uberlândia entre 2019 e 2024, evidenciando que o

⁶Núcleo familiar foi considerado pai, mãe, padrasto e madrasta.

⁷Familiar ampliado foram avós, irmãos, tios, filho.

fenômeno assume configurações distintas conforme fase do desenvolvimento, sexo biológico e dinâmica relacional dos eventos. Observou-se predominância da residência como principal cenário das ocorrências, associação significativa entre vínculo do agressor e recorrência, especialmente nos casos envolvendo o núcleo familiar, além de padrões diferenciados entre infância e adolescência quanto aos tipos de violência e número de envolvidos.

Os achados reforçam que a violência contra crianças e adolescentes não constitui evento homogêneo, mas fenômeno multifacetado, influenciado por marcadores etários, relacionais e contextuais. A maior frequência de negligência na infância e de violências interpessoais e autoprovocadas na adolescência aponta para a necessidade de estratégias diferenciadas de vigilância, prevenção e cuidado no âmbito da Atenção Primária à Saúde, com fortalecimento das ações intersetoriais e da proteção social.

Como limitações, destaca-se o uso de dados secundários provenientes de notificações compulsórias, os quais estão sujeitos a subnotificação, preenchimento incompleto e possíveis inconsistências nos registros. Além disso, o delineamento transversal impede o estabelecimento de relações causais, restringindo-se à identificação de associações estatísticas. A ausência de algumas variáveis qualitativas sobre contexto familiar e dinâmica dos eventos também limita análises mais aprofundadas.

Sugere-se que pesquisas futuras explorem análises longitudinais, integrem abordagens qualitativas e investiguem fatores institucionais relacionados ao processo de notificação, de modo a ampliar a compreensão sobre a recorrência e os determinantes da violência. O aprimoramento da qualidade dos registros e o fortalecimento da vigilância epidemiológica são fundamentais para subsidiar políticas públicas mais efetivas e para qualificar a resposta da Rede de Atenção à Saúde na proteção integral de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Boletim epidemiológico: notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ministério da Saúde, 2024.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. VIVA/SINAN: vigilância contínua. Brasília: Ministério da Saúde, 2025.

4. BRAVO-QUEIPO-DE-LLANO B, et al. Violence as a health problem. *Anales de Pediatría*, 2024; 100(3): 202-211. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.anpede.2024.02.010>.
5. CALVO N, et al. Childhood maltreatment and non-suicidal self-injury in adolescent population: a systematic review and meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 2024; 157: 107048. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2024.107048>.
6. LAM LT, et al. Editorial: Violence and the Young: A Public Health Problem - Etiology, Epidemiology, Intervention, and Prevention. *Frontiers in Public Health*, 2021; 9: 724182. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.724182>.
7. NIU L, et al. Global prevalence of violence against children and adolescents during COVID-19: a meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 2024; 154: 106873. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2024.106873>.
8. SILVA VEO, et al. Diferenças entre violências contra crianças e adolescentes no Maranhão, Brasil, 2009-2019. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 2023; 23: e20210431. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202300000431>.
9. UNICEF; WHO. COVID-19: Protecting Children from Violence, Abuse and Neglect in the Home. 2020.
10. WHO. Global Status Report on Preventing Violence Against Children 2020. Geneva: World Health Organization, 2022.